



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Ao Protocolo Geral do Município,

Solicito que seja aberto processo administrativo através da documentação encaminhada pela **MTR2 TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA** via e-mail, referente ao Processo Administrativo nº 12.529/2023, Pregão Presencial nº 056/2023.

Saquarema, 23 de outubro de 2023.

Atenciosamente,

Sérgio Bravo

Pregoeiro

Sérgio Bravo
PREGOEIRO
MAT. 961084

Assunto: **CONTRARRAZÕES aos RECURSOS da MTR2.TECH -
PREGÃO PRESENCIAL 056-2023 - Processo
Administrativo n.º 12.529/2023.**

De: Faturamento MTR2 <faturamento@mtr2tech.com>

Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>

Data: 23/10/2023 15:31



- 001 - Contrarrrazões PP-056-2023 - MTR2.TECH.pdf (~4.5 MB)
- 003 - CNH-RG Sócio Rafael Azevedo NOVO.pdf (~154 KB)
- 002 - 4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL - MTR2TECH.pdf (~1.7 MB)

ILUSTRÍSSIMO SENHOR, PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL SAQUAREMA/RJ.

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 056/2023

Processo Administrativo n.º 12.529/2023.

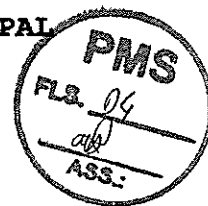
A **MTR2.TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 44.109.594/0001-49, com sede na Rua do Carmo, n.º 11, sala 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.011-020 por intermédio de seu representante legal o Sr. **RAFAEL AZEVEDO COELHO**, portador da carteira de identidade n.º 130677321 - IFP-RJ e do CPF n.º 098.978.347-29, respeitosamente e tempestivamente, apresentar as **CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**, contra esta empresa, conforme peça recursal e documentos em anexo.

Att.

MTR2.TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

MTR2.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR, PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL
SAQUAREMA/RJ.



Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 056/2023**

Processo Administrativo n.º 12.529/2023.

A **MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 44.109.594/0001-49, com sede na Rua do Carmo, n° 11, sala 1.102 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.011-020 por intermédio de seu representante legal o Sr. **RAFAEL AZEVEDO COELHO**, portador da carteira de identidade n.º 130677321 - IFP-RJ e do CPF n.º 098.978.347-29, respeitosamente, **APRESENTAR:**

CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

interposto pelas empresas INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL TECNOLOGIA E REFRIGERAÇÃO EIRELI; MICROSENS S/A; UBTECH COMÉRCIO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA; e CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, no âmbito do Procedimento Licitatório de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, sob o número em epígrafe, tendo em vista os infundados argumentos nele constantes, que serão refutados pelos fatos e fundamentos de direito que se seguirão abaixo:



I. DA ADMISSIBILIDADE E TEMPESTIVIDADE DAS CONTRARRAZÕES

1. O prazo para a apresentação das contrarrazões, em sede de Pregão Presencial, é de 3 (três) dias úteis, na forma que preceitua o Art. 4º, XVIII da Lei n.º 10.520/02, *in verbis*:

"Art. 4º Os integrantes das Carreiras a que se refere o art. 1º da Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes situações:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;" (grifo nosso)

2. Portanto, é a presente Contrarrazão plenamente tempestiva, uma vez que o prazo final para interposição a decisão administrativa ora atacada se deu aos 18 (dezoito) dias do mês de outubro de 2023. Sendo o prazo legal para a apresentação da presente medida recursal de 03 (três) dias úteis, uma vez que o termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará em data de 23 (vinte e três) do mês de outubro do presente ano, razão pela qual deve o respeitável Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio conhecer e julgar a presente medida, fazendo-o com o objetivo de refutar as infundadas alegações das recorrentes, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.
3. A doutrina aponta como pressuposto desta espécie de recurso administrativo, cuja existência concreta deve ser preliminarmente aferida: a manifesta tempestividade e a inclusão de fundamentação.
4. O respeitável julgamento das contrarrazões interposto recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa



CONTRARRAZOANTE confia na lisura, na **isonomia** e na imparcialidade ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demonstraremos nosso **Direito Líquido e Certo** e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

"É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação."

5. Sendo certo que esta petição além de tempestiva, como já assinalado acima, preenche os requisitos doutrinários, por ser amplamente fundamentada e conter o necessário pedido de desconsideração das alegações infundadas contra recorrida, conforme se segue.

II. SÍNTESE FACTUAL

6. **PREFEITURA MUNICIPAL SAQUAREMA**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, INCLUSÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, através da COMISSÃO DE PREGÃO, lançou o Edital na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, tombado sob o número **056/2023**, nos autos do Processo n.º Processo Administrativo n.º 12.529/2023, objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa especializada para execução de **"REGISTRO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE DISPOSITIVOS EDUCACIONAIS CHROMEBOOKS, CARRINHOS DE RECARGA E PAINEL INTERATIVO"**.
7. A **CONTRARRAZOANTE**, participou do certame em epígrafe, apresentando seus envelopes Proposta de Preços e de Habilitação, bem como todas as Declarações Complementares, licenças e catálogos, conforme se extrai das atas das sessões ocorridas nos dias 05 e 11/10/2023, apresentando e atendendo esta **CONTRARRAZOANTE** a todos os requisitos do Edital.



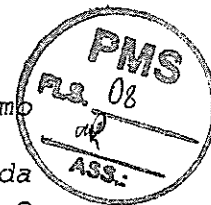
8. Desta forma, houve por bem o Sr. Pregoeiro e a D. Equipe de Apoio em CLASSIFICAR e HABILITAR dando como vencedora acertadamente está CONTRARRAZOANTE, sob as conclusões de atendimento ao exigido no presente Edital.
9. Apesar de o processo ter acontecido de forma transparente e embasado de toda formalidade legal as Empresas Recorrentes, com o intuito de tumultuar o processo licitatório, apresentaram recursos contra a decisão do Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio, que deu como vencedora esta Contrarrazoante com argumentações pouco relevante, a qual se demonstrará a mais absoluta improcedência.
10. *Ab Initio*, a presente contrarrazão visa exibir as razões de fato e de direito que importarão na total desconsideração dos recursos administrativos interpostos pelas Recorrentes, garantindo, assim, por esta via de recurso, o verdadeiro direito ao duplo grau assegurado pela Carta Magna aos litigantes, conforme preleciona o art. 5º, inciso IV.

III. DAS RAZÕES DAS RECORRENTES

11. As Recorrentes opuseram manifestos através de recursos contra a acertada decisão do Sr. Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, onde HABILITOU e CLASSIFICOU como vencedora está Contrarrazoante.
12. Mesmo assim, apenas e somente pelo dever de ofício, uma vez que não resta e não restou dúvida ao Ilmo. Pregoeiro acerca do integral cumprimento das disposições editalícias pela MTR2 SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA cumpre-nos apontar as inconsistências das citadas peças recursais:
13. Alegações da empresa INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, solicitando a desclassificação da Contrarrazoante pelos motivos abaixo:

- "...não haver apresentado documentos que comprovassem a similitude das características dos

MTR2.



equipamentos ofertados com o estabelecido no Termo de Referência..."

"... que não houve a devida comprovação da conformidade do sistema operacional, software e ferramentas ofertadas com o estabelecido no Termo de Referência..."

14. Alegações da empresa MICROSENS S/A, solicitando a desclassificação da Contrarrazoante no Item 04, pelos motivos abaixo:

- "... que os equipamentos ofertados para o item 04 não atende a todos os requisitos editalíssimos..."
- "... DEVERÁ POSSUIR CAPACIDADE DE ILUMINAÇÃO DE NO MÍNIMO 350 NITS E VARIAÇÃO DE CONTRASTE MÍNIMA DE 4000:1 E DEVERÁ POSSUIR NO MÍNIMO 2 (DUAS) PORTAS HDMI, VERSÃO 2.0 OU SUPERIOR, SENDO UMA DE ENTRADA E UMA DE SAÍDA".

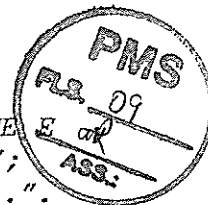
15. Alegações da empresa UBTECH, solicitando a anulação do certame licitatório ou desclassificação da Contrarrazoante, pelos motivos abaixo:

- "... DA NÃO REALIZAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ADEQUADO".
 - "No Tipo 2, a empresa MTR2 não apresentou marca/modelo em sua proposta para o item 2, descreveu somente: SAMSUNG GO Licenças, onde a marca/modelo correto seria: Samsung Galaxy Go 14" Intel Celeron N 4500";
 - "No catálogo apresentado para o item 2, nota-se o descumprimento do requisito técnico exigido: portas de leitores de cartões SDHC/SDXC; Micro SD, onde a empresa arrematante ofertou equipamento com slots de expansão de leitor de cartão multimídia Micro SD".
 - "DA AUSÊNCIA DO REGISTRO OBRIGATÓRIO EM ENTIDADE COMPETENTE DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO...".
- "...nem a licitante vencedora apresentou."

16. Alegações da empresa CHADA, solicitando a anulação do certame licitatório ou desclassificação da Contrarrazoante, pelos motivos abaixo:

- "... não comprovou registro da empresa no CRT - Conselho Federal dos Técnicos Industriais, bem como não foi exigida a comprovação de registro dos atestados de capacidade técnica naquela entidade profissional";
- "DA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE E A EXIGÊNCIA DE REGISTRO PRÉVIO DA PESSOA JURÍDICA";

MTR2.



- "DA POSSÍVEL OFENSA A COMPETITIVIDADE DO CERTAME EVENTUAL INEQUILIBRILIDADE DOS PREÇOS PRATICADOS";
"... o valor proposto pela empresa MTR2...".
"...preço muito baixo pode resultar em um contrato inexecutável, ...".

IV. DA DEFESA TÉCNICA, DOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITO

17. Inicialmente, verificaremos, ao que aduz o interesse desta Recorrida e transparecer todas as dúvidas que as Recorrentes produzem em seus recursos, de maneira desmazeladas.
18. Cumpre ainda informar, que não serão discutidos nesta peça, assuntos decorrentes de "possíveis falhas" no instrumento convocatório alegadas pelas recorrentes, que deveriam ser discutidos em momento anterior à licitação, em instrumento processual diferente deste recurso. Que apenas se balizará na comprovação, que apresentou corretamente todos os documentos exigidos pelo edital, como verificaremos adiante.

V. DAS ALEGAÇÕES DA EMPRESA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.

19. Alega erroneamente a recorrente, que a Recorrida não apresentou documentos que comprovassem a similitude das características dos equipamentos ofertados, bem como, de que não houve a devida comprovação da conformidade do sistema operacional, software e ferramentas ofertadas com o estabelecido no Termo de Referência.
20. Vejamos o que diz o Termo de Referência no que se refere ao item:

"6. REQUISITOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 A empresa deverá apresentar documentos que comprovem as características do equipamento ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas." (grifo nosso)



21. Verifica-se que a Contrarrazoante atendeu plenamente ao exigido no Termo de Referência, já que apresentou seu Catalogo juntamente com sua Proposta, onde identifica todas as características (modelo, tipo, procedência, garantia ou validade), não havendo motivo algum para sua desclassificação.
22. Verifica-se ainda, que em nossa proposta apresentada, estão inclusas na coluna marca/modelo todas as licenças solicitadas no Edital.
23. Apresenta-se também em nosso Catálogo, além da referência do sistema operacional Google Chrome OS e das licenças do Google Workspace for Education é fornecido um link para o site do Google Workspace onde poderá ser validada extensivamente as funcionalidades das licenças em consonância com o exigido no edital.
24. Portanto, atendendo plenamente ao exigido no Edital e seu Termo de Referência.

VI. DAS ALEGAÇÕES DA EMPRESA MICROSENS S/A.

25. Alega também erroneamente a recorrente, que os equipamentos ofertados para o item 04 não atende a todos os requisitos editalíssimos.
26. Sobre a capacidade de iluminação do produto apresentado, vale informar, que o instrumento convocatório não se encontra especificado se a capacidade de iluminação desejada seria sem ou com vidro. Desta forma atendemos plenamente a capacidade mínima de iluminação de no mínimo 350 NITS conforme catalogo.
27. Com referência as portas HDMI, como poderá ser amplamente verificado no manual do equipamento, todas as portas HDMI da tela Samsung Flip Pro possuem tecnologia HDMI-CEC (Anynet+), tornando-as não só portas de entrada

MTR2.



como de saída, assim atendendo a exigência do edital, como pode ser verificado pelo manual do usuário no link:

https://org.downloadcenter.samsung.com/downloadfile/ContentsFile.aspx?CDSite=UNI_BR&OriginYN=N&ModelType=N&ModelName=WM75B&CttFileID=8616904&CDCttType=UM&VPath=UM%2F202205%2F20220513034209001%2FBN81-22636D-00_WEB_WMB_NA+2B_L03_220411.0.zip

28. Ademais, como pode ser constatado após consulta do manual, a tela possui uma funcionalidade nativa de saída e espelhamento de imagem através de rede WiFi, similar a de uma saída HDMI e, até melhor, no caso de específico de uma sala de aula, onde as telas podem estar a distâncias bem elevadas entre si, que não seriam suportadas no caso de um cabo (HDMI).

Sharing your screen

EXPORT → SCREEN SHARE



Share your screen with selected devices.

Connecting wirelessly

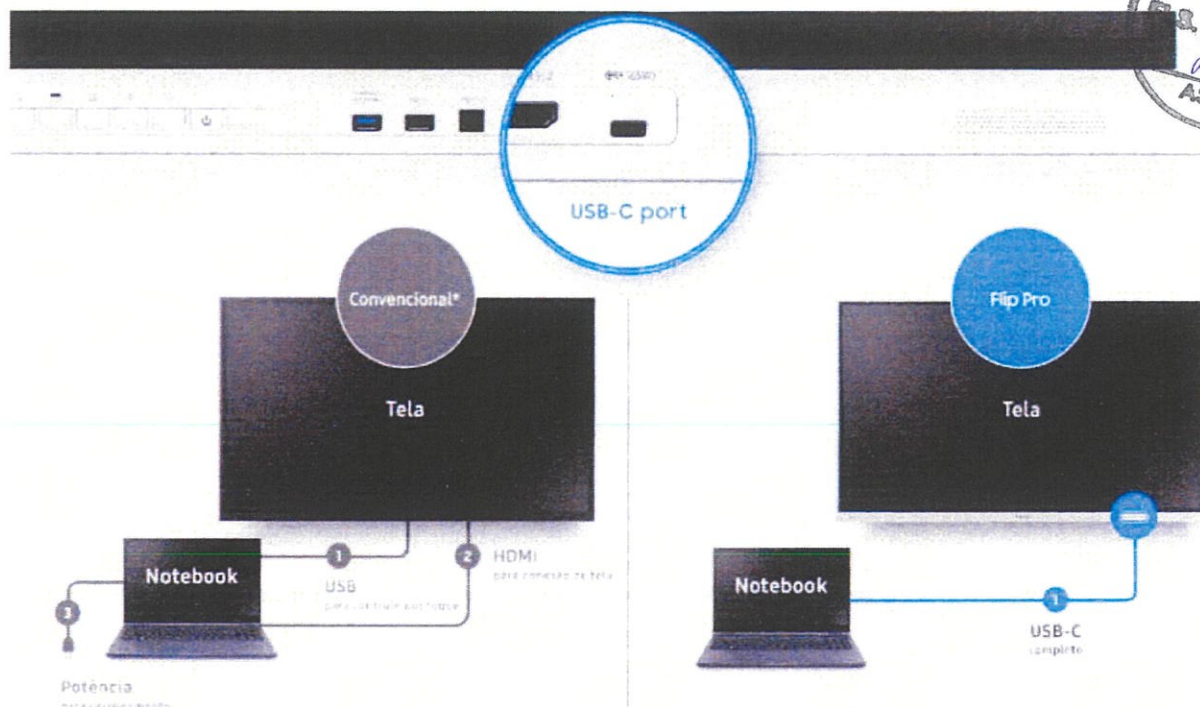
Select EXPORT → SCREEN SHARE → Wireless on the screen and then the device to share the screen with.

- SCREEN SHARE feature works best when using Full HD landscape orientation.
- Device must support built-in Screen Mirroring to project the shared screen using SCREEN SHARE.

| Buttons | Description |
|---------------|--|
| Change Device | Change devices to share the screen with. |
| Disconnect | Stop sharing. |

29. A Samsung disponibiliza ainda um aplicativo, que usando tanto a porta HDMI quanto a porta USB-C, pode ser espelhada a imagem e replicado o toque/escrita do Samsung Flip em outro dispositivo.

MTR2.



LINK: <https://apps.microsoft.com/detail/samsung-whiteboard/9P4V26JVZGG4?hl=pt-br&gl=BR>

30. Assim, entendemos que o produto não somente apresenta tudo o exigido no edital como até possui funcionalidades superiores ao exigido e conseqüentemente atende perfeitamente as necessidades da Prefeitura.
31. Não obstante, a Prefeitura em resposta ao pedido de esclarecimento movido pelo próprio Recorrente, informou que equipamento similares ou superiores seriam aceitos.
32. Neste sentido, a resposta dada pela Prefeitura à Recorrente, como já assinalado acima, preenche os requisitos do Princípio da Razoabilidade, pois, os atos administrativos devem ser coerentes, lógicos e justos.

VII. DAS ALEGAÇÕES DA EMPRESA UBTECH.

33. Alega esta recorrente, que a empresa não apresentou marca/modelo em sua proposta para o item 2, que também no catálogo apresentado para o item 2, não foi cumprido requisito técnico exigido: portas de leitores de cartões

MTR2.



SDHC/SDXC; Micro SD, onde a empresa arrematante ofertou equipamento com slots de expansão de leitor de cartão multimídia Micro SD", bem como não apresentou registro em entidade competente.

34. Assim como já demonstrado anteriormente, a Contrarrazoante apresentou em seu Catalogo juntamente com sua Proposta, todas as características (modelo, tipo, procedência, garantia ou validade), atendendo desta forma o que se exige do Edital e Termo de Referência.
35. Verifica-se ainda, que em nossa proposta apresentada, estão inclusas na coluna marca/modelo todas as licenças solicitadas no Edital.
36. Desta forma, não se sustenta a alegação de que não foi apresentado na proposta da Contrarrazoante as características (marca/modelo) dos equipamentos do item 2.
37. Vale informar que, mais uma vez a mesma corre para o intuito de tumultuar e confundir a Comissão Julgadora, pois, foram apresentados em nossa proposta todas as marca e modelo do referido produto, restando as especificações mais detalhadas do produto apresentada no catálogo anexo a mesma.
38. Sobre o suposto não cumprimento de requisito técnico exigido no catálogo (cartões SDHC/SDXC; Micro SD). Informamos que no manual da Samsung, o leitor de cartões do equipamento em questão suporta os padrões SD/SDHC/SDXC, em porta Micro, atendendo por completo a exigência do edital.
39. Além do mais, a legislação vigente e a Prefeitura em resposta a pedidos de esclarecimentos, informou que equipamento similares ou superiores seriam aceitos para atendimento ao exigido.

Manual do Usuário

Sumário

Introdução

- 3 Sobre este manual
- 7 Layout
- 13 Ligando e desligando o computador

Conceitos básicos

- 16 Usando o teclado
- 18 Usando o touchpad
- 20 Slot de cartão de memória
- 22 LAN sem fio
- 23 Usando a trava de segurança

Chrome OS

- 24 Usando aplicativos
- 24 Tudo sobre o Chrome OS
- 26 Entre na web
- 28 Descobrir aplicativos da web
- 29 Usando a Play Store
- 30 Perguntas frequentes
- 30 Recuperação (opcional)

Configurações e Atualização

- 32 Brilho do LCD
- 33 Volume
- 34 Bateria

Apêndice

- 36 Especificações do produto
- 37 Dicas ergonômicas
- 41 Cuidados de segurança
- 51 Informação de segurança importante
- 54 Peças de reposição e acessórios
- 57 Declarações de conformidade regulatória
- 64 Informação do símbolo WEEE

Conceitos básicos

Slot de cartão de memória

Use um cartão de memória para transferir dados a outros dispositivos. Você pode usar os dados armazenados em seu dispositivo, como câmeras digitais, smartphones ou tablets, assim como em seu computador, ou transferir seus dados salvos para outro dispositivo.

No entanto, os cartões de memória são vendidos separadamente.

Este computador é compatível com os seguintes tipos de cartões de memória.

| Abreviação | Descrição |
|------------|--|
| micro SD | • micro Secure Digital |
| micro SDHC | • micro Secure Digital High Capacity |
| micro SDXC | • micro Secure Digital eXtended Capacity |



40. Sobre a outra alegação da Recorrente de não apresentação de registro em entidade profissional competente, esta Contrarrazoante apenas se manifestará de forma de que o instrumento convocatório não exigiu a referida comprovação e que todos os outros documentos foram plenamente apresentados e atendidos.

41. Portanto, essas colocações são levianas e inconsistentes, pois não apontam quaisquer termos das legislações existentes e que a Recorrente, durante todo o recurso, disserta sobre a questão de que não teria esta Recorrida demonstrada atendimento ao Edital.

VIII. DAS ALEGAÇÕES DA EMPRESA CHADA.

42. Por fim, alega está recorrente, que a empresa não comprovou registro da empresa no CRT - Conselho Federal dos Técnicos Industriais, bem como não foi exigida a comprovação de registro dos atestados de capacidade técnica naquela entidade profissional"; e que o valor proposto pela empresa foi muito baixo pode resultar em um contrato inexecutável

- "... não comprovou registro da empresa no CRT - Conselho Federal dos Técnicos Industriais, bem como não foi exigida a comprovação de registro dos atestados de capacidade técnica naquela entidade profissional";
- "DA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE E A EXIGÊNCIA DE REGISTRO PRÉVIO DA PESSOA JURÍDICA";
- "DA POSSÍVEL OFENSA A COMPETITIVIDADE DO CERTAME E EVENTUAL INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS PRATICADOS";
"... o valor proposto pela empresa MTR2...".
"...preço muito baixo pode resultar em um contrato inexecutável, ...".

43. Com referência de que a empresa não comprovou registro da empresa no CRT - Conselho Federal dos Técnicos Industriais, assim como, não foi exigida a comprovação de registro dos atestados de capacidade técnica naquela entidade profissional, está Contrarrazoante apenas se



manifestará de forma de que o instrumento convocatório não exigiu a referida comprovação e que todos os outros documentos foram plenamente apresentados e atendidos.

44. E por fim, a alegação da recorrente de que o valor proposto pela empresa foi muito baixo podendo resultar em um contrato inexecutável, apenas informamos que pelos valores apurados, de longe os mesmos encontram-se executáveis.

45. Ademais, valor inexecutável entende ser a doutrina como sendo:

"...aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-se lhe o respectivo objeto. ..."
(PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. p.559)

46. O doutor doutrinador Hely Lopes Meireles, esclarece:

"... A inexequibilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração. (MEIRELES, 2010,p. 202).

47. No que concerne ao exame da inexequibilidade, a Lei 8.666/93 prevê:

"Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.
§ 3o Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da



remuneração.

Art. 48. Serão desclassificadas:

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

48. Como se vê, a Lei de Licitações, em seu art. 48, inciso II, prevê a desclassificação de propostas contendo preços inexequíveis, assim considerados aqueles que "não se revelam capazes de possibilitar a alguém uma retribuição financeira mínima (ou compatível) em relação aos encargos que terá de assumir contratualmente". Tal previsão legislativa destina-se, a minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta com preços muito baixos, pode estar assumindo obrigação que não poderá cumprir.

49. Assim sendo, considerando as exigências do edital, a Lei das Licitações, Jurisprudências e Doutrinas concernente à análise de exequibilidade e, considerando que o procedimento licitatório procura dar à administração as condições de contratar com aquele que apresente a proposta mais vantajosa, não se verifica motivos concretos para a desclassificação da proposta vencedora por inexecuibilidade.

50. Mais uma vez, verifica-se que não há como dar provimento às alegações trazidas pela Recorrente, que se mostram, na verdade, um mero inconformismo, vazio de razões jurídicas substanciais que possam levar a uma alteração do mérito administrativo já exarado.

51. Ademais, note-se que a Recorrente advoga uma tese ingloria e tenta criar também enorme confusão com o claro intento de tumultuar todo o processo em seu favor, com

evidente prejuízo para o contratante, astúcia esta conhecida na seara das licitações.



IX. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

52. Nota-se que tanto a fase de proposta, como a de habilitação, serve para verificar e a Contrarrazoante atendeu plenamente todas suas exigências.

53. Ocorre que, mesmo a Contrarrazoante cumprindo fielmente as requisições do edital, no sentido de apresentar todos os documentos requisitados, a linha de julgamento adotada pelas empresas recorrentes encontra-se demasiadamente equivocados, a fim de confundir a comissão de licitação e com puro intuito de tumultuar todo processo licitatório.

54. Dessa forma, além de trazer prejuízo à empresa, que está sendo acusada de maneira injusta e irregular de não atendimento ao edital, acarreta dano à própria Administração Pública.

55. O ordenamento jurídico pátrio, em especial, o artigo 37 da Carta da República de 1988, in verbis, impõe aos agentes públicos a obediência de princípios que devem conduzir a Administração Pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

56. Dentre os fundamentos erguidos pela Carta Magna, ressalta-se o Princípio da Economicidade, que deriva do Princípio Constitucional da Eficiência e que nasce intrinsecamente relacionado com a noção de eficiência, ou seja, para ser eficiente, o Gestor Público deve mirar, também, em critérios econômicos, isto é, atender o interesse público observando a relação entre custo e

MTR2.

benefício. Desse modo, avaliam-se as decisões públicas sob o aspecto econômico.



57. Nesse sentido, leciona Fernanda Marinela (2012 p. 44), in verbis:

A eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. Consiste na busca de resultados práticos de produtividade, de economicidade, com a consequente redução de desperdícios do dinheiro público e rendimentos típicos da iniciativa privada, sendo que, nessa situação, o lucro é do povo; quem ganha é o bem comum.

58. Isto posto, fica patente que o Gestor Público deve fundar suas decisões, igualmente, no princípio da economicidade, a fim de atender ao interesse público, mirando na relação do custo e benefício dos procedimentos manejados.

59. Desse modo, resta claro que a Contrarrazoante atendeu todas as exigências do Edital. Assim, o Sr. Pregoeiro deve manter sua decisão, pois, esta Contrarrazoante preenche todos os requisitos editalícios, consubstanciada, pelo seu julgamento acertado.

60. Ressalta-se que não há, qualquer limitação que possa ser considerada restritiva a competição no certame.

61. Por fim, ao manejar o julgamento da Contrarrazoante cumprindo todos os critérios editalícios e legais, o Sr. Pregoeiro seguiu o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois, conforme se infere do mencionado julgamento, foram apresentadas e cumpridas as exigências do edital.

62. Conclui-se, portanto, que as irregularidades apontadas pelas recorrentes são meramente declaratórias sobre situações fáticas já atendidas no certame, e, portanto, devem ser rejeitadas pelo Sr. Pregoeiro e sua especializada Equipe de Apoio, em nome da competitividade e busca da

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.



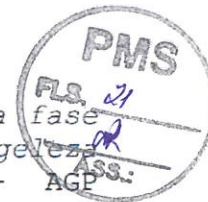
melhor proposta para a administração pública.

63. Diante do exposto, considerando o caráter competitivo do certame, a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, bem como que restou comprovada, através dos documentos apresentados, entende-se pela manutenção da decisão proferida pelo Sr. Pregoeiro, na qual declarou vencedora está Contrarrazoante do certame licitatório.

X. DAS CONSIDERACOES FINAIS

64. Com base nos fatos narrados e calcados nas razões de direito expendidas, bem como na doutrina e jurisprudência consultada, a recorrida pugna pelo julgamento de total improcedência dos recursos que ora contra-arrazoam-se.
65. É de saber geral que na fase de habilitação a Administração deve se desapegar de critérios rigorosos que resultem na diminuição de empresas concorrentes. Ao contrário, deve analisar os documentos sob a ótica da segurança jurídica ao órgão contratante, inabilitando/desclassificando apenas as licitantes cuja documentação seja falha a ponto de, ainda que por hipótese, gerar riscos a uma eventual contratação.
66. Seguindo essa doutrina o Professor CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO em sua obra "Curso de Direito Administrativo", com muita propriedade leciona:

"Na fase de habilitação, a promotora do certame deve se abster de exigência ou rigorismos inúteis. Isto bem se entende à vista das considerações enunciadas em acórdão que, no dizer do eminente Adilson Dallari, já se tornou clássico. "Visa a concorrência pública fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objeto de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes aos seus interesses. Em razão deste escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da lei, devem ser arredados. Não deve haver nos



trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório. (TJRGS - AGP 11.336, in RDP 14/240).

67. Na mesma esteira raciocina o eminente Prof. MARÇAL JUSTEN FILHO:

"A imposição de exigências e a imposição de condições do direito de licitar nunca poderão ultrapassar o limite da necessidade. Qualquer exigência desproporcional ao conteúdo da contratação caracterizará meio indireto de restrição à participação - vale dizer, indevida restrição ao direito de licitar".

68. Finalmente, estando exaustivamente comprovada e fundamentada a presente contrarrazão, a Recorrida reitera seu compromisso com a retidão, transparência e crença no procedimento licitatório, uma vez que busca um direito seu assegurado por lei.

69. Ademais, certa de que o Sr. Pregoeiro e sua d. Equipe de Apoio irão julgar o presente com honradez, retidão e impessoalidade.

XI. DO PEDIDO

70. Por tudo o que foi dito, a ora Contrarrazoante vem requer a V. Senhoria que:

71. Seja recebida a presente Contrarrazão, conforme preleciona o item 11.1.1 do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, tombado sob o número **056/2023**, nos autos do Processo nº Processo Administrativo n.º 12.529/2023 da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA-RJ**.

72. Seja dado provimento a presente Contrarrazão, bem como sejam considerados os fatos e fundamentos de direito presentes neste recurso, se digne a **MANTER** a acertada decisão desta Douta Comissão Permanente de Licitação em declarar **VENCEDORA** deste certame licitatório, por ter apresentado todos os documentos solicitados em Edital;

MTR2.

pelos Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório e não haver nada que a inabilite ou desclassifique, uma vez que, demonstrou possuir a plena capacidade para executar o objeto licitado;



73. Seja julgado improcedente os Recursos Administrativos interpostos pelas Recorrentes, eis que se mostra vazio de fundamentações consistentes e, por outro lado, lastreado em inferências anêmicas e eivadas de caráter meramente protelatórios; e
74. Caso não seja ofertado prosseguimento a presente contrarrazão, seja a mesma encaminhada para a autoridade hierarquicamente superior competente para julgá-lo;

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2023.

MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º NOME E SOBRENOME: **RAFAEL AZEVEDO COELHO** 1ª HABILITAÇÃO: **27/11/2001**

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: **16/08/1982 RIO DE JANEIRO/RJ**

4a DATA EMISSÃO: **20/08/2022** 4b VALIDADE: **13/06/2032** ACC: **D**

4c DDD, IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: **130677321FPRJ**

4d CPF: **098.978.347-29** 5 Nº REGISTRO: **02077993195** 6 CAT. HAB: **B**

NACIONALIDADE: **BRASILEIRO**

FILIAÇÃO: **CARLOS ALBERTO DE ARAUJO COELHO**
MARIZA AZEVEDO COELHO

7 ASSINATURA DO PORTADOR:

| 9 | 10 | 11 | 12 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|-----|----|------------|----|-----|----|----|----|
| ACC | | | | D | | | |
| A | | | | D1 | | | |
| A1 | | | | BE | | | |
| B | | 13/06/2032 | | CE | | | |
| B1 | | | | C1E | | | |
| C | | | | DE | | | |
| C1 | | | | D1E | | | |

13 OBSERVAÇÕES:

LOCAL: **RIO DE JANEIRO, RJ**

ASSINATURA DO EMISSOR:
ADALBERTO KONDER
PRESIDENTE DETRAN - RJ

9546663668
RJ248936859

RIO DE JANEIRO

2413519662



Pag. 01/10



JUCERJA

Último arquivamento:

00004993502 - 12/07/2022

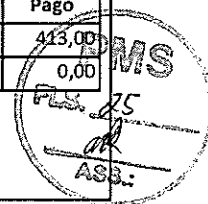
NIRE: 33.2.1162501-6

MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

Boleto(s): 104253157

Hash: A2E055A3-2066-429E-8BF2-22FB76F2032E

| Orgão | Calculado | Pago |
|-------|-----------|--------|
| Junta | 413,00 | 413,00 |
| DREI | 0,00 | 0,00 |



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.1162501-6

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código
do Ato

002

| Código Evento | Qtde. | Descrição do ato / Descrição do evento |
|------------------|-------|--|
| 021 | 1 | Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial) |
| XXX | XXX | XX |
| XXX | XXX | XX |
| XXX | XXX | XX |
| XXX | XXX | XX |

Requerente

| | |
|----------------------|---|
| Nome: | LEONARDO FARIAS DE MELO GONÇALVES |
| Assinatura: | ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo |
| Telefone de contato: | 2135531434 |
| E-mail: | lgoncalves@directiongc.com.br |
| Tipo de documento: | Digital |
| Data de criação: | 29/12/2022 |
| Data da 1ª entrada: | |

Rio de Janeiro

Local

29/12/2022

Data



00-2022/950561-9



**4ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA UNIPESSOAL DENOMINADA**

“MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA”

CNPJ: 44.109.594/0001-49

NIRE: 332.1162501-6



Por este instrumento particular, a parte identificada abaixo,

RAFAEL AZEVEDO COELHO, nacionalidade Brasileira, solteiro, nascido em 16/08/1982, empresário, inscrito no CPF nº 098.978.347-29, Identidade nº. 130677321 – IFP-RJ e a CNH sob o nº 02077993198, expedida pelo DETRAN-RJ, residente e domiciliado na Rua Ataulfo de Paiva, 734 – apto 503 – Leblon – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.440-034.

Único sócio da sociedade empresária limitada unipessoal, **MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, nome fantasia “MTR2TECH”, localizada na Praia de Botafogo, nº 501, Bl. 1, sala 101 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22.250-040, resolve alterar o contrato social da sociedade conforme abaixo:

I – DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade tem sede: Rua do Carmo, nº 11, sala 1102, – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.011-020.

II – DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A Sociedade terá por objeto Principal 62.01-5/01 – Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e ainda os demais discriminados abaixo:

| | |
|--|------------|
| Web design | 62.01-5/02 |
| Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis | 62.02-3/00 |
| Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis | 62.03-1/00 |
| Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação | 62.09-1/00 |
| Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática | 47.51-2/01 |
| Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação | 47.52-1/00 |
| Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios | 77.33-1/00 |
| Serviços de comunicação multimídia - SCM | 61.10-8/03 |
| Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet | 63.19-4/00 |
| Comércio varejista de artigos de iluminação | 47.54-7/03 |
| Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos | 43.29-1/04 |

Página 1 | 5

D4Sign 5e315407-279b-420e-b997-d58bac91eb3d Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

NIRE: 332.1162501-6 Protocolo: 00-2022/950561-9 Data do protocolo: 29/12/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/12/2022 SOB O NÚMERO 00005232624 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: C9EE5081852872F03D623DFABFF4FD5FA95FE8D43A2AFA22FD0120459D3CF4EF

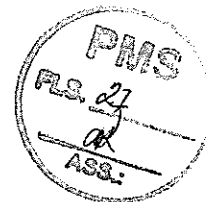
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCEC-RJ

Pag. 03/10

Tendo em vista as deliberações acima, resolve o único sócio quotista, por fim, consolidar o Contrato Social da Sociedade, o qual, revisado e atualizado, passa a vigorar com a seguinte redação:



**CONTRATO CONSOLIDADO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA UNIPessoal**

"MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA"

CNPJ: 44.109.594/0001-49

NIRE: 332.1162501-6

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. A sociedade gira sob o nome empresarial **MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, nome fantasia **"MTR2TECH"**.

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade tem sede: Rua do Carmo, nº 11, sala 1102, – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.011-020.

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/2002.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A Sociedade terá por objeto Principal 62.01-5/01 – Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda e ainda os demais discriminados abaixo:

| | |
|---|------------|
| Web design | 62.01-5/02 |
| Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis | 62.02-3/00 |
| Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis | 62.03-1/00 |
| Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação | 62.09-1/00 |
| Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática | 47.51-2/01 |
| Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação | 47.52-1/00 |
| Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios | 77.33-1/00 |
| Serviços de comunicação multimídia - SCM | 61.10-8/03 |
| Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet | 63.19-4/00 |
| Comércio varejista de artigos de iluminação | 47.54-7/03 |
| Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização | 43.29-1/04 |

Página 2 | 5

D4Sign 5e315407-279b-420e-b397-058bac91eb3d - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

NIRE: 332.1162501-6 Protocolo: 00-2022/950561-9 Data do protocolo: 29/12/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/12/2022 SOB O NÚMERO 00005232624 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: C9EE5081852872F03D623DFABFF4FD5FA95FE8D43A2AFA22FD0120459D3CF4EF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCECERJA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Pag. 04/10



CLÁUSULA QUINTA. A empresa iniciará suas atividades a partir da data do arquivamento e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA SEXTA: O capital social integralizado e subscrito é de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), divididos em 5.000.000,00 (cinco milhões) de quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país.

Parágrafo Único: O capital social fica assim distribuído para o sócio:

RAFAEL AZEVEDO COELHO, com 5.000.000,00 (cinco milhões) quotas, perfazendo um total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) integralizado;

CLÁUSULA SÉTIMA. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outros(s) sócios(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

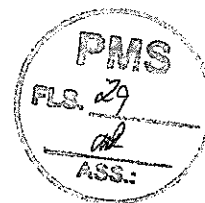
DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRÓ-LABORE

CLÁUSULA NONA. A administração da sociedade caberá, a(o) Sócio(a) **RAFAEL AZEVEDO COELHO**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizando o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outros(s) sócios(s).

Parágrafo único. No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.



DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS



CLÁUSULA DÉCIMA. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

§ 1º Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

§ 2º A distribuição dos lucros poderá não obedecer à participação do sócio desde que aprovada pelos sócios cotistas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quanto for o caso.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

Página 4 | 5

D4Sign 5e315407-279b-420e-b397-d58bac91eb3d - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

NIRE: 332.1162501-6 Protocolo: 00-2022/950561-9 Data do protocolo: 29/12/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/12/2022 SOB O NÚMERO 00005232624 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: C9EE5081852872F03D623DFABFF4FD5FA95FE8D43A2AFA22FD0120459D3CF4EF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCECERJA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Pag. 06/10

FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Fica eleito o foro de RIO DE JANEIRO para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2022.

RAFAEL AZEVEDO COELHO
Sócio

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

2. _____

Nome:

RG:





4ª Alteração consolidada do Contrato MTR2TECH pdf

Código do documento 5e315407-279b-420e-b397-d58bac91eb3d

Assinaturas



Rafael Azevedo Coelho
rafael@mtr2tech.com
Assinou como parte



Lorran dos Santos Avelino
lavelino@directiongc.com.br
Assinou como testemunha



DANIELLE SAMEIRO CAMARGO
dsameiro@directiongc.com.br
Assinou como testemunha



Lorran dos Santos Avelino

DANIELLE SAMEIRO CAMARGO

Eventos do documento

29 Dec 2022, 11:34:16

Documento 5e315407-279b-420e-b397-d58bac91eb3d **criado** por LEONARDO FARIAS DE MELO GONÇALVES (ca9c0a4c-f709-4c53-92e7-74444cf20f19). Email: lgoncalves@directiongc.com.br. - DATE_ATOM: 2022-12-29T11:34:16-03:00

29 Dec 2022, 11:38:03

Assinaturas **iniciadas** por LEONARDO FARIAS DE MELO GONÇALVES (ca9c0a4c-f709-4c53-92e7-74444cf20f19). Email: lgoncalves@directiongc.com.br. - DATE_ATOM: 2022-12-29T11:38:03-03:00

29 Dec 2022, 11:38:50

LORRAN DOS SANTOS AVELINO **Assinou como testemunha** - Email: lavelino@directiongc.com.br - IP: 201.76.165.182 (mvx-201-76-165-182.mundivox.com porta: 54014) - Documento de identificação informado: 146.395.967-23 - DATE_ATOM: 2022-12-29T11:38:50-03:00

29 Dec 2022, 12:34:11

RAFAEL AZEVEDO COELHO **Assinou como parte** - Email: rafael@mtr2tech.com - IP: 187.68.208.99 (187-68-208-99.3g.claro.net.br porta: 32336) - Documento de identificação informado: 098.978.347-29 - DATE_ATOM: 2022-12-29T12:34:11-03:00

29 Dec 2022, 15:07:49

DANIELLE SAMEIRO CAMARGO **Assinou como testemunha** - Email: dsameiro@directiongc.com.br - IP: 201.76.165.182 (mvx-201-76-165-182.mundivox.com porta: 36396) - **Geolocalização: -22.9010411 -43.165019** - Documento de identificação informado: 053.252.927-81 - DATE_ATOM: 2022-12-29T15:07:49-03:00

Hash do documento original

(SHA256):9e2fb6f969cfb5b6c6c82afac9efc6fcc2f49fce6c0d57202e1ead01b2e05bd2

(SHA512):91170e60c9839ea4ac33a41fe32c315188213aa17f48ba6a9f285c887dd5b629148c68a847bf23c71ead022ad5aea7521f3a2ab5aece7f7478edf9a512ce386e

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, NIRE 33.2.1162501-6, PROTOCOLO 00-2022/950561-9, ARQUIVADO EM 30/12/2022, SOB O NÚMERO (S) 00005232624, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.



| CPF/CNPJ | Nome |
|----------------|-----------------------------------|
| 098.301.237-74 | LEONARDO FARIAS DE MELO GONÇALVES |

0 de dezembro de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº 12.529/2023

FLS. 34 RUBRICA [assinatura]

PROCESSO Nº 12.529/2023

À Subsecretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação da Educação,

Encaminho os presentes autos processuais para ciência e análise:

- 19.647/2023;
- 19.323/2023;
- 19.313/2023;
- 19.178/2023;
- 19.326/2023;
- 19.183/2023;
- 19.231/2023.

Saquarema, 24 de outubro de 2023.

Sergio Bravo

Pregoeiro

Sergio Bravo
PREGUEIRO
MAT. 961081



PROCESSO N.º 12.529/2023



Parecer Técnico – Subsecretaria Municipal de Ciência e Tecnologia da Inovação da Educação.

INTRODUÇÃO

Trata-se da análise para locação de equipamentos, que tem por objeto “parecer técnico para análise de contrarrazões da empresa MTR2.TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, para compor o Processo Licitatório que tem como objeto do Termo o Registro de Preços para REGISTRO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE DISPOSITIVOS EDUCACIONAIS CHROMEBOOKS, CARRINHOS DE RECARGA E PAINEL INTERATIVO encaminhado juntamente a este ofício, estes equipamento atenderão os estudantes nas Unidades de Ensino da Secretaria de Educação do Município de Saquarema-RJ”.

CONTEXTO

A Prefeitura Municipal de Saquarema por meio da Secretaria de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia com ações em programas e projetos voltados para o uso das tecnologias no processo educacional, que se materializam através do Programas onde várias atividades são centradas no uso dos instrumentos tecnológicos, onde se faz necessária a locação de equipamentos que auxiliarão professores e estudantes em sala de aula.

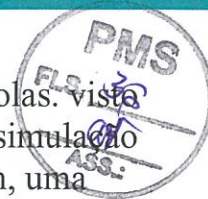
A composição de espaços integrados, cooperativos e interativos facilita a aprendizagem do estudante gerando no sujeito a capacidade criadora, motivados pela curiosidade, pela inovação, pelo querer aprender, fazer funcionar, propor e produzir novos conhecimentos. Para o professor abre-se um leque de opções metodológicas, de possibilidades de organização de situações didáticas em cenários diversos.

Segundo Moran (2004) "na sociedade da informação todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar-nos, a ensinar e a aprender; a integrar o humano e o tecnológico; a integrar o individual, o grupal e o social". Ainda para ele “Podemos transformar uma parte das aulas em processos contínuos de informação, comunicação e de pesquisa, aonde vamos construindo o conhecimento equilibrando o individual e o grupal”.

A utilização desse equipamento nas aulas facilita o processo de ensino e aprendizagem com o uso de tecnologia da informação e comunicação, criando possibilidades de novas práticas pedagógicas. Trata-se de um equipamento tecnológico articulado à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais. É um dispositivo portátil, possuindo sistema operacional muito enxuto e carregamento rápido e o armazenamento dos arquivos em chips de memória também contribui para a rapidez.



Este equipamento acrescentará bastante na dinâmica das aulas nas nossas escolas, visto que irá facilitar para as possibilidades de acesso e contribuir com práticas de simulação e dinamização do material usado pelos professores nas aulas garantindo assim, uma otimização do tempo pedagógico.



ESCOPO DA ANÁLISE

O escopo desta análise englobará os aspectos tecnológicos dos equipamentos ofertados pela empresa vencedora do processo licitatório MTR2.TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, "... parecer conclusivo sobre a viabilidade técnica dos equipamentos apresentados em sua proposta.", portanto não serão considerados aqui os aspectos jurídicos e financeiros da licitação.

DA ANÁLISE DA TECNOLOGIA ENVOLVIDA

Quanto às defesas apresentadas pela empresa

Da análise das especificações e comparações com os produtos de solicitados no edital e termo de referência, conclui-se que todos os itens estão de acordo com os Padrões Tecnológicos de Referência, exigidos pela Prefeitura Municipal de Saquarema no Edital de Pregão Presencial N° 056/2023, Processo Administrativo nº 12.529/2023 e atendem as necessidades de uso.

Saquarema, 24 de Outubro de 2023.

Raphael Ruiz Sanzana
Subsecretário de Ciência e Tecnologia da Inovação da Educação.